



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Miguel Pereira
Procuradoria do Município

N.º PROCESSO	4625/2021
DATA	20/10/21
RUBRICA	701

Processo nº 4625/2021

Autos retornam à Procuradoria para análise das razões dos Recursos interpostos pelos Senhores Leiloeiros Dr. Fernando Caetano Moreira Filho (fls. 653/665) e Dr. Pedro José de Almeida Neto, através dos quais sustentam, em apertada síntese, que suas inabilitações no presente Procedimento de Credenciamento se mostram desarrazoadas, uma vez que a exigência de inscrição no CAD-ICMS não se mostra pertinente, não cabendo “ao município legislar ou fiscalizar sobre impostos estaduais”, asseverando que apresentaram as certidões negativas de débitos tributários, e que estas seriam as únicas exigíveis em razão subitem 5.2.2, alínea “c” do Edital Convocatório. Contrarrazões pelo Senhor Leiloeiro Dr. Edgar Carvalho Júnior às fls. 675/681, com documentos às fls. 682/686, e, pela Senhora Leiloeira Dra. Juliana Vettorazzo às fls. 688/692, com documentos 693/700. É o breve relatório, passo a opinar.

A decisão combatida fundamenta-se no cumprimento do contido no Anexo I do Edital (Termo de Referência) subitem 5.2.2 alínea “c” (fls. 215), que determina aos licitantes a comprovação de regularidade junto a Fazenda Estadual.

De início importante destacar que tal previsão não se limita apenas à eventual existência de débito com a Fazenda Estadual, possuindo sentido mais amplo, devendo o participante apresentar prova de que não possui restrições fiscais, bem como de está em conformidade com as leis e normas editadas pela Secretaria de Estado de Fazenda.

Ora, se há norma expressa da SEFAZ RJ que fixa a obrigatoriedade de inscrição do Leiloeiro Público no CAD-ICMS para o exercício da profissão no Estado do Rio de Janeiro, a sua ausência conduz naturalmente à conclusão de não atendimento do Edital, não podendo o Município inobservar o que determina a normativa estadual.



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Miguel Pereira
Procuradoria do Município

Nº PROCESSO	41625/2021
DATA	21/10/21
RUBRICA	102

Conforme pontuado em sede de Contrarrazões, indiscutível que os profissionais devem se submeter aos ditames das Juntas Comerciais, o que, entretanto, não os exime de cumprir as demais leis e normativas Estaduais.

Observa-se que os participantes habilitados cumpriram o requisito em comento, o que denota a possibilidade da integral observância do Edital Convocatório, não se tratando de algo impossível de ser atendido. Por outra vertente, não é aceitável se pretender habilitar aqueles que não atendem ao requisito específico, em detrimento dos que efetivamente cumpriram, sob pena de ferir por morte os princípios da isonomia e da impessoalidade.

Note-se, finalmente, que o Município não está a "legislar ou fiscalizar sobre impostos estaduais", mas sim observando os critérios mínimos e justificáveis quanto ao efetivo cumprimento das normas em vigor e integral cumprimento do Edital Convocatório, em especial no que se refere a efetiva regularidade de quem pretende contratar com o ente público.

Pelo exposto, entendendo pela regularidade do posicionamento externado pela Ilustre Presidente e Comissão Permanente de Credenciamento, esta Procuradoria opina no sentido do indeferimento dos pleitos recursais, com a manutenção da decisão vergastada.

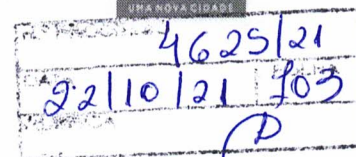
É a opinião.

Miguel Pereira, 21 de outubro de 2021.


DAVID DE MELLO BENTES
Subprocurador do Município



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Miguel Pereira



TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DECISÃO ACERCA DE RECURSO ADMINISTRATIVO PROCESSO LICITATÓRIO CREDENCIAMENTO Nº 00002/2021, PROCESSO Nº 4625/2021.

1 – Objeto: **CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS OFICIAIS DE BENS MÓVEIS**, de acordo com as especificações e condições constantes no Anexo I - Termo de Referência.

2 – De acordo com o Edital, Lei 8666/93 e Ata de Sessão Pública da licitação em destaque, o Presidente e Comissão declararam os leiloeiros, SANDRA REGINA SEVIDANES DE RODRIGUES, EDGAR DE CARVALHO JUNIOR, JULIANA VETTORAZZO RODRIGUES BARROS e JOÃO EMILIO DE OLIVEIRA FILHO habilitadas, e **Srs.** FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO, PEDRO JOSE DE ALMEIDA NETO, JONAS GABRIEL ANTUNES MOREIRA E LUCAS RAFAEL ANTUNES MOREIRA inabilitados pois não atenderam ao Edital no item “c” do Termo de Referência – Prova de regularidade com a Fazenda Estadual.

Os Leiloeiros PEDRO JOSE DE ALMEIDA NETO e LUCAS RAFAEL ANTUNES MOREIRA recorreram tempestivamente da decisão tomada pelo Presidente e Comissão sobre a sua Inabilitação.

Os Leiloeiros EDGAR DE CARVALHO JUNIOR e JULIANA VETTORAZZO RODRIGUES BARROS contra razão tempestivamente.

Conforme julgamento da Presidente e relatório da Procuradoria do Município os mesmos refutam os pontos alegados pelos recorrentes e os julgam improcedente, ou seja insuficiente para modificar a decisão registrada na Ata do certame.

3 – DECIDO:

RATIFICAR, nos termos do artigo 109, parágrafo 4º, da Lei 8666/93, a decisão a mim submetida, mantendo-a irreformável pelos seus próprios fundamentos, e julga IMPROCEDENTE o recurso interposto pelos Leiloeiros PEDRO JOSE DE ALMEIDA NETO e LUCAS RAFAEL ANTUNES MOREIRA, mantendo a habilitação dos Leiloeiros SANDRA REGINA SEVIDANES DE RODRIGUES, EDGAR DE CARVALHO JUNIOR, JULIANA VETTORAZZO RODRIGUES BARROS e JOÃO EMILIO DE OLIVEIRA FILHO.

Por fim, de prosseguimento ao feito, publique-se e cumpra-se.

Miguel Pereira/RJ, 22 de outubro de 2021.
André Pinto de Afonseca
Prefeito Municipal